

BRASIL – VENEZUELA: PARADIPLOMACIA NA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA ÁREA DE FRONTEIRA**Almir Moraes Sá*****RESUMO**

Mediante a pesquisa empreendida, buscou-se estudar aspectos da globalização, integração regional e, em especial, as relações internacionais existentes entre governos não centrais, envolvendo Brasil e Venezuela, fenômeno político administrativo, atualmente chamado paradiplomacia. O trabalho objetiva demonstrar como são praticadas as relações internacionais na região de fronteira do Brasil com a Venezuela, na busca do fortalecimento do desenvolvimento regional e integração entre os dois países. O trabalho, além de oferecer uma visão da globalização, pretende demonstrar a integração econômica e social envolvendo os estados de fronteira – Roraima e Bolívar, bem como as conexões diretas do governo central da Venezuela com o Estado de Roraima. Enfim, a dissertação propõe-se a mostrar a atuação da paradiplomacia como vetor das ações de desenvolvimento no campo da integração econômica regional.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Integração regional. Paradiplomacia - Brasil/Venezuela.

ABSTRACT

The undertaken study has the objective of demonstrating the aspects of globalization, regional integration and in special existing international relationships of the non Centralized Governments, involving Brazil and Venezuela, an administrative political phenomenon, called – para-diplomacy. The study will demonstrate objectively, how the international frontier relationship between Brazil and Venezuela operates to Strengthen the regional development and integration of the abovementioned countries. Studying the economic and social context of the relationship between the frontier state of Roraima and Bolivar, as well as the direct connections between that of the Central Government of Venezuela and the Government of Roraima. This paper will show how para-diplomacy can be multi skilled when it comes to development in regional economic integration.

KEYWORDS: Globalization. Regional Integration. Para-diplomacy - Brazil/ Venezuela.

* Mestre em Direito, pela Universidade Católica de Brasília. Especialização em Políticas públicas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduado em Direito pela Universidade Católica de Paraná, graduado em Licenciatura Letras-Inglês, pela Universidade Católica do Paraná, advogado em Roraima, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima. Contatos através do e-mail: almirmoraissa@hotmail.com

SUMÁRIO

1. Introdução
2. A paradiplomacia no mundo globalizado
 - 2.1. Uma visão da integração econômica mundial
 - 2.2. Origem, definição e prática da paradiplomacia
 - 2.3. Os entes subnacionais nas Relações Internacionais
 - 2.3.1. A paradiplomacia dos Estados e municípios brasileiros
3. Brasil e Venezuela: o dinamismo da região de fronteira
 - 3.1. A paradiplomacia dos estados brasileiros com o governo da Venezuela
 - 3.2. A influência das políticas globais na fronteira Brasil-Venezuela
 - 3.2.1. Integração de energia na fronteira Brasil-Venezuela
4. Relações institucionais do Estado de Roraima com países fronteiriços
 - 4.1. Ações da Secretaria Extraordinária para assuntos internacionais
 - 4.1.1. Missão empresarial e a paradiplomacia
 - 4.1.2. Assuntos de fronteira discutidos em Boa Vista, Caracas e Brasília
 - 4.1.3. Encontros e Acordos bilaterais Brasil-Venezuela: integração de ações voltada à área de fronteira
 - 4.1.4. Terminologia usada nos acordos paradiplomáticos
5. Conclusão
6. Referências

1. Introdução

O presente artigo busca identificar a importância da integração econômica regional, especialmente nas relações entre Brasil e Venezuela, bem como demonstrar em que termos ocorrem a paradiplomacia praticada na região fronteira, circunscrita, do lado brasileiro, ao Estado de Roraima, e do lado venezuelano, ao Estado de Bolívar.

Ao longo das relações históricas entre Brasil e Venezuela, o comércio entre os dois Países sempre se deu no eixo Venezuela, Sul e Sudoeste do Brasil, onde estão situados os pólos industriais, ficando a região da fronteira Norte esquecida em decorrência da baixa densidade populacional e insignificante desenvolvimento econômico e social. Neste ambiente é que se fortaleceu a atuação da paradiplomacia entre os governos estaduais fronteiriços, como alternativas para melhorar os elos de integração e de aproximação dos governos centrais.

Os governadores dos Estados de Roraima, pelo lado brasileiro, e de Bolívar, pelo lado venezuelano, têm intensificado relações de amizade, trocando experiências e laços de cooperação, bem como a busca de soluções para problemas de fronteira. Para tanto, utilizam-se de acordos de cooperação técnica e de ações conjuntas frente aos seus governos centrais, na busca de investimentos de infra-estrutura para a região, e do fortalecimento da integração entre os dois países.

Embora a paradiplomacia não seja oficializada pelas constituições de ambos os Países, ela é praticada entre os Estados vizinhos – Roraima e Bolívar -, sendo comuns os encontros de fronteira entre os prefeitos municipais de Paracarama (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), bem como autoridades estaduais, para entendimentos de cooperação regional e combate aos ilícitos de fronteira.

Face o avanço das relações não governamentais no mundo global, cabe responder a seguintes indagações: o que representa a paradiplomacia nas relações Brasil – Venezuela? Quais os avanços conquistados pela paradiplomacia dos dois países nas relações de fronteira?

O presente artigo procura responder a estas indagações, através da análise de documentos, políticas públicas e fatos históricos, envolvendo a dinâmica das relações internacionais praticadas pelo Brasil e Venezuela, através dos acordos de cooperação entre os Estados vizinhos - de Roraima e Bolívar.

Nesse ambiente de fronteira, rico em diferenças culturais é que ocorre o fortalecimento da paradiplomacia entre os governos estaduais fronteiriços, como alternativas de fortalecer os elos de integração e de aproximação de seus governos centrais.

Por força da globalização, as relações internacionais adquiriram extraordinária celeridade, razão pela qual se faz necessária uma visão global da economia, considerando uma nova ordem internacional, inserindo-se em destaque nesse quadro, a paradiplomacia como motor destas novas relações internacionais.

2. A paradiplomacia no mundo globalizado

2.1. uma visão da integração econômica mundial

O fenômeno da globalização denota um processo de mudanças, onde fatos como os desenvolvimentos das comunicações, da informática e do comércio internacional tiveram papel fundamental, aproximando economias e derrubando fronteiras físicas e ideológicas: “da busca incessante por rotas comerciais, que levou o genovês Marco Pólo à China, até o fracionamento da fabricação de produtos espalhados por vários países”.¹

Jean Luc Ferranderry apresenta a seguinte definição:

Globalização é um conceito que apareceu no meio dos anos 1980 nas escolas de negócios norte-americanas e na imprensa anglo - saxão. Esta expressão designa um movimento complexo de abertura de fronteiras econômicas e de desregulamentação, que permite às atividades econômicas capitalistas estenderem seu campo de ação ao conjunto do planeta.²

A partir da segunda Guerra Mundial, formou-se uma nova ordem econômica internacional capitaneada pelos Estados Unidos e União Soviética, com o objetivo de buscar a paz e um desenvolvimento global, seguiram-se a criação das Nações Unidas, dos organismos de *Bretton Woods* e dos acordos gerais de comércio no âmbito do GATT e o surgimento das empresas transnacionais. Dá-se nesse período a reconstrução dos países abalados pelo conflito, pautando-se pela integração da Europa mais atingida pela guerra.

Mundialmente a integração econômica tem sido intensificada com a expansão das finanças, da produção e do comércio mundial, e reúne os destinos das nações, das comunidades e famílias por todo o mundo das grandes regiões econômicas e dentro de uma economia emergente de mercado global.³ No contexto, Antony McGrew faz a seguinte afirmação:

Durante as ultimas três décadas a dimensão da interconexão global tem sido crescente a evidência em todos os aspectos da área econômica à área cultural. Cépticos não acreditam que isto seja uma evidência de globalização e que este termo significa algo mais que simples independência internacional, exemplo, elos entre países. O assunto chave passa a ser o que nos entendemos pelo termo “globalização”.⁴

¹ FERRANDÉRRY, 1996, p.3. apud MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Globalização e exclusão. Jus Navigandi, Teresina, ano 1, n. 19, set. 1997. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=68>>. Acesso em 17 nov. 2008.

² MCGREW, Anthony. Globalization and global politic. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (Orgs.) . **The globalization of word politics: introduction to international relation**. 4th ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008, p.16.

³ MCGREW, Anthony. Op. cit., p. 17.

⁴ Ibid., p. 20.

Como destaque, os autores consideram como importantes na globalização os seguintes pontos:⁵ 1) é crescimento, velocidade e grande impacto na interconexão mundial; 2) denota uma mudança na escala da organização social para a emergência do mundo na divisão um espaço social; relativa desterritorialização do social, econômico e atividades política, relativa desnacionalização de poder.

Uma nova ordem econômica ganha dimensão no mundo atual, a partir da segunda Grande Guerra. A reconstrução dos países abalados pelo conflito bélico e a necessidade da busca pela paz, inicia-se uma nova ordem econômica internacional, pautando-se na integração – principalmente na Europa, a mais atingida. Trata-se de um período de grandes transformações em todas as áreas do conhecimento humano, destacando-se o avanço das novas tecnologias da informação.

Paulo G. Fagundes Vicentini afirma que “a queda dos regimes socialistas do leste europeu, no segundo semestre de 1989, e a própria desintegração da União Soviética, em 1991, marcaram o fim da era do segundo pós-guerra [...] a “Nova Ordem Mundial””.⁶ Surgem os novos blocos regionais de integração e a partir da década de 1980 dá-se uma nova economia política nas relações internacionais.

Surgem os novos blocos regionais de integração e a partir da década de 80 dá-se uma nova economia política nas relações internacionais.

Os primeiros passos para criação de uma cidadania europeia foram dados pelo Tratado da União Europeia (tratado de Maastricht) em 1993, também conhecido por Tratado da União Europeia. Foi uma revisão do Tratado de Roma, que avançou no sentido de instituir progressivamente uma união monetária, uma cidadania da União e de uma política comum.⁷

Jeffrey Frieden afirma que, nesse período, o crescimento global foi bom para a maioria das economias dos países e melhoria de renda para a maioria das pessoas. Por mais difícil que tenha sido esse processo, a integração econômica proporcionou a especialização tanto para o velho mundo, como para o novo mundo, tornando-os mais competitivos.⁸

Nos dias atuais, discutem-se os efeitos do processo de globalização e seus efeitos no campo do direito. Broglia Mendes, escrevendo sobre o assunto, apresenta os seguintes argumentos:

⁵ VICENTINI, Paulo G. Fagundes. Brasil e Venezuela na política internacional: um ensaio exploratório. Artigo (org) por Samuel Pinheiro Guimarães, intitulado Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século. Brasília: Instituto Pesquisa de Relações Internacionais: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 19.

⁶ ALMEIDA, Elizabeth Accioly de. **Mercosul & União Europeia**: estrutura jurídico-institucional. 2. ed. Curitiba: Editora Juruá, 1998, p. 55-68.

⁷ FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global: história econômica e política do Século XX**. Tradução Vivian Mannheimer; revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 17.

⁸ MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. Globalização e o Direito. IN: CASELLA, Paulo Borba; LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas (Coords.). **Direito da integração**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 94.

Que esses efeitos ocorreram seja com o surgimento de novos atores no cenário mundial que passaram a ter relevância não só como sujeitos de direito, mas também como produtores de direito, como as organizações sociais (OMC, tribunais arbitrais internacionais do comércio e de soluções de conflitos relativos a matéria esportiva, redes internacionais de escritórios de advocacia etc; a grande sobreposição de normas internacionais, internas, supranacionais e transnacionais; e, numa perspectiva mais sociológica, os processos de escandalização que focam a modificação do direito formal etc.⁹

Nesse novo quadro de liberdade política e expansão econômica, pode-se ver a participação efetiva dos órgãos multilaterais, e com a necessidade da integração regional imposta pela globalização, intensifica-se a paradiplomacia, desempenhando relevante papel no mundo moderno.

2.2. Origem, definição e a prática da paradiplomacia

Com o advento do fim da guerra fria e da queda do muro de Berlim, novas relações internacionais se abriram para o mundo, gerando maior aproximação entre os povos e, igualmente, a abertura para o capital transnacional. Isto proporcionou aos governos sub-nacionais a abertura para o fortalecimento econômico de suas regiões.

Neste novo quadro de liberdade política e expansão econômica, pode-se ver a participação efetiva dos órgãos multilaterais, e a necessidade da integração regional imposta pela globalização.

A paradiplomacia vem desempenhando relevante papel no mundo moderno, conforme descreve Wagner de Melo Romão, “embora seja verdade que cidades européias já se relacionavam entre si desde o início do século passado, o surgimento da paradiplomacia se deve a condicionantes históricas bastante recentes.”¹⁰ Para compreensão do tema, recorreremos aos ensinamentos de Noe Cornago Pietro, que apresenta a seguinte definição:

Paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanente ou provisórios (“ad hoc”) com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.¹¹

José Vicente da Silva Lessa, em seus estudos afirma que a expressão “paradiplomacia” passa a ser usada a partir dos anos 1980, tendo sido trazida

⁹ ROMÃO, Wagner de Melo. Das cidades brasileiras para o mundo: a paradiplomacia e as Administrações Municipais. *Revista de Administração Municipal*, ano 54, n.267, jul./ago./set., 2008, p.16.

¹⁰ PIETRO, Noe Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-pacífico. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 252.

¹¹ LESSA, José Vicente da Silva. *Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 15.

ao debate acadêmico pelo Basco Panayotis Soldatos para designar a atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados.¹²

Pelo que se vê nos estudos de Álvaro Chagas Castelo Branco referentes à Argentina, Alemanha, Áustria, Suíça e Federação Russa, “nesses Estados, já há a previsão normativa expressa para a participação dos entes subnacionais nas relações internacionais, embora cada ordenamento jurídico possua características próprias em razão das peculiaridades locais”.¹³

No mesmo sentido, além dos países acima referidos, José Vicente Lessa inclui a Bélgica e os Estados Unidos - fazendo referência também a Estados Unitários, como China e França. O autor afirma que estes países igualmente apóiam a paradiplomacia total ou parcialmente, como o caso austríaco.

Na análise dos fatos históricos relatados por Álvaro Chagas Castelo Branco, encontram-se “os entes subnacionais alemães, chamados de Länder, que detinham, desde o estabelecimento da Federação Alemã, no ano de 1871, prerrogativas de representação externa”.¹⁴ Ainda hoje, segundo o autor, a constituição da Alemanha trás no seu bojo, a paradiplomacia, conforme se vê da prática da paradiplomacia em territórios alemães na “região da Baviera, por exemplo, que possuía uma econômica tradicionalmente agrícola, transformou-se, nos últimos anos, em um Länder extremamente desenvolvido, com projetos pioneiros de alta tecnologia, graças aos acordos de cooperação internacional firmados pela região.”¹⁵ Desta forma, toma força a idéia do fortalecimento da paradiplomacia.

2.3. Os entes subnacionais nas Relações Internacionais

José Vicente da Silva Lessa destaca que “novos atores” emergentes se somam aos atores tradicionais no processo de globalização tornando-se mais complexo o cenário mundial.¹⁶ Segundo o autor, Estados, empresas multinacionais e organizações civis não governamentais compõem a tipologia dos agentes políticos e econômicos no palco das relações internacionais.

Nesse contexto complexo de relações internacionais, cabe destacar a importância das autoridades locais ou regionais responsáveis pela formação e sustentação dessa rede mundial de contatos que compõem o mundo globalizado.

Dentro desses novos paradigmas, a paradiplomacia busca grandes negócios e investimentos para o desenvolvimento de suas comunidades locais,

¹² CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional. Curitiba: Juruá, 2008, p. 64.

¹³ Idem, p. 69.

¹⁴ Idem, p. 70.

¹⁵ LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. p.103.

¹⁶ Idem, p. 105.

colocando-as mais próximas da evolução dos novos tempos. Para José Vicente Lessa, “a paradiplomacia constitui área de atividade paralela à diplomacia tradicional, sendo possível identificar paralelismo entre a ação paradiplomática e a das grandes corporações transnacionais e, ademais, com a atuação das ONGs”.¹⁷

O domínio da tecnologia, do conhecimento e do capital tornou-se mais importante do que o dos recursos naturais para controlar uma produção que, cada vez mais, se realizava em partes dispersas do mundo.¹⁸

Em termos gerais, a globalização tem levado a um aumento de responsabilidades institucionais e do papel de sub-autoridades na gestão do desenvolvimento econômico e social dos territórios sob sua jurisdição (Swyngedouw, 1997; Boisier, 1997a). Nestas circunstâncias, há uma concorrência entre regiões e cidades para atrair investimentos e atividades produtivas da economia global, a fim de posicionar-se como uma das regiões ‘vencedoras’ na nova geo-economia (Lipietz/Benko, 1992).¹⁹

As evoluções da Constituição Argentina se enquadram dentro da nova realidade do mundo globalizado, fortalecendo o federalismo e, consequentemente, dando espaço para o crescimento econômico e cultural de suas províncias, a partir da inserção da paradiplomacia em seu texto constitucional. O exemplo da Argentina deve ser seguido pelo Brasil sem prejuízo da ordem hierárquica do poder do executivo, servindo de complementaridade nas relações internacionais.

Do resultado dessa legalização, dá-se o fortalecimento da paradiplomacia nas relações internacionais das províncias argentinas com os governos dos territórios chilenos vizinhos, buscando o fortalecimento econômico da região da Patagônia. Igualmente se deu nas relações da Argentina com o Brasil, através do Codesul, integrando os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato do Grosso do Sul.²⁰ Conforme se verá a seguir, cada vez mais se fortalece as relações internacionais dos estados e municípios brasileiros, através da paradiplomacia.

2.3.1. A paradiplomacia dos Estados e municípios brasileiros

O federalismo brasileiro, instituído na Constituição de 1988, configurou-se em autonomia aos Estados e aos Municípios, dando-lhes liberdades de

¹⁷ MAIOR, Luiz A. P. Souto. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Universidade de Brasília, IBRI, 2003, p. 25.

¹⁸ FERRERO, Mariano. **La globalización en acción: regionalismo y paradiplomacia en Argentina y el cono sur latinoamericano**. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2005, Buenos Aires. Anais. Buenos Aires: Sociedade Argentina de Análise Política, 2005. p.5. Disponível em: [http://www.reei.org/reel%2011/M.Ferrero\(reei11\).pdf](http://www.reei.org/reel%2011/M.Ferrero(reei11).pdf). Acesso em: dez. 2009.

¹⁹ CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 68.

²⁰ Ibid. 90-91.

autogestão dentro dos limites da Lei. Isso permitiu que esses entes pudessem conceder incentivos fiscais capazes de atrair investimentos e proporcionar seu desenvolvimento.

Álvaro Chagas Castelo Branco, ao tratar da paradiplomacia dos Estados federados, afirma que “apesar de todas as restrições à atuação paradiplomática no ordenamento jurídico brasileiro, os entes subnacionais têm demonstrado certa capacidade para atuar internacionalmente”.²¹ Segundo o autor, não há um modelo institucionalizado, podendo os Estados se organizarem através Secretarias, Subsecretarias, Assessorias, Coordenadorias e escritórios no exterior, voltados às relações internacionais.

No caso do Estado de Roraima, igualmente aos demais Estados brasileiros, não poderia continuar com suas relações internacionais com os vizinhos sem um controle de suas ações, razão pela qual se instituiu a Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com país Fronteiriço sem 2005, posteriormente, passando a denominar-se de Secretaria Extraordinária para Relações Internacionais.

Pelo que se vê dos estudos sobre a matéria, a paradiplomacia brasileira tem avançado na medida do interesse do executivo dos estados e municípios no exercício do mandato. Dentre tantos Estados que dispõem de atuação internacional, encontram-se a paradiplomacia do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Acre, Pernambuco, Roraima e Bahia.

No que se refere à Venezuela, parte desta pesquisa, inúmeros encontros tem sido realizado entre o presidente Hugo Chávez e governadores de vários Estados brasileiros, como destacam as revistas editadas pela Brasven - Revista da Câmara Venezuelano-Brasileira de Comércio e Indústria.²²

Embora o instituto da paradiplomacia não tenha o respaldo legal, as cidades e os estados têm desenvolvido agendas próprias em seu relacionamento com organismos multilaterais, fóruns empresariais, outras municipalidades, estados e províncias.²³ Segundo Romão, os municípios passaram a articular a execução de grandes obras de melhoria urbana com a participação em grandes eventos internacionais, de modo que se mostrassem atrativas no exterior.²⁴

Igualmente cabe destaque neste estudo a importância dada pelas grandes cidades às relações internacionais, como bem ressalta Castelo Branco fazendo referencia a São Paulo, “o fato de ser o centro financeiro, comercial, tecnológico e logístico do Brasil e da América do Sul a torna uma cidade global ou mundial apta a ser inserida com peso nas relações internacionais”.[□]

²¹ Revista da Câmara Venezuelano-Brasileira de Comércio e Indústria, ano 4, n. 24, jul./ago., 2008.

²² ROMÃO, Wagner de Melo. Das cidades brasileiras para o mundo: a paradiplomacia e as Administrações Municipais. *Revista de Administração Municipal*, ano 54, n.267, jul./ago./set., 2008, p.16.

²³ Ibidem, p. 17.

²⁴ CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. *Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 102.

No mesmo sentido, José Vicente da Silva Lessa, também faz referência ao “Memorando de intenções entre a Administração Federal de Trânsito do Departamento de Transporte dos Estados Unidos da América e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.”²⁵ Neste caso específico a entidade buscava adquirir tecnologia baseada na experiência de transporte urbano coletivo. A legislação americana dá amparo legal ao acordo de cooperação, entretanto, do lado do Estado do Paraná não haveria amparo legal.

As experiências da paradiplomacia na região sul são conhecidas e registradas no mundo acadêmico, enquanto a da região norte ainda é desconhecida pela maioria dos estudiosos. Razão pela qual se registra aqui a experiência da paradiplomacia praticada na área da fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

3. Brasil e Venezuela: o dinamismo da região de fronteira

A integração entre os países no mundo moderno dá-se de forma dinâmica, interagem na busca da complementaridade de suas economias e na busca de novas tecnologias. Olhar para as fronteiras de seus vizinhos passa a ser de fundamental importância, pela troca de experiências locais e pela necessidade de integração cultural, esportiva, econômica e social. Este tópico trata dessa relação institucional com a Venezuela, conforme se verá a seguir.

Percebe-se que a paradiplomacia tem sido fortalecida na América do Sul e de forma mais intensa, ultimamente, com a Venezuela que ao se virar para o sul, passa a se relacionar com toda a América Latina em especial com o Brasil. O ingresso da Venezuela no MERCOSUL tende a gerar o aprofundamento das relações econômicas e complementaridade de sua economia com o Brasil e com os demais parceiros do bloco.

Destacam-se nessa realidade, as experiências das relações internacionais motivadas pela paradiplomacia, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, através da integração regional dos Estados de Roraima e Bolívar, onde ocorre o avanço na infra-estrutura na região, aumento do fluxo de turismo e solução de problemas junto ao poder central de seus respectivos países.

Nesse novo quadro de integração latino-americana, o governo da Venezuela integra-se cada vez mais com o Brasil, passando a ser um forte parceiro comercial. Entretanto, a que destacar que as políticas adotadas pelo presidente Hugo Chávez levam a divergência, se de um lado estimula o investimento de empresas brasileiras em território venezuelano, por outro pratica a política da estatização de empresas estrangeiras, levando a desconfiança dos investidores e a fuga de capitais.

Os estudos formulados dão conta da existência de uma perfeita interação entre os governos dos Estados de fronteira, do lado brasileiro – Roraima, do lado Venezuelano, Bolívar, e, ainda, com o governo central da Venezuela. Trata-se de iniciativa de integração em busca de troca de conhecimentos e perspectiva de comércio. Da mesma forma se integram os prefeitos das cidades

²⁵ LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p.143.

fronteiriços de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairen (Venezuela). Mais recentemente, surge à iniciativa do alcaide (prefeito) do município de Piar, distante 550 km da fronteira, buscando junto as instituições de governo e sistema “S”, apoio tecnológico nas áreas de agricultura e pecuária.²⁶

O Estado de Bolívar viveu muitos anos as benesses da exploração de minério, assim como a Venezuela vive a dependência do petróleo, deixando em segundo plano, os demais setores primários e secundários, gerando atraso no campo e desemprego nas cidades. Consciente dessa realidade o governo de Bolívar procura no intercâmbio com Roraima os avanços conquistados pelo agro negócio brasileiro.

Os presidentes Luis Inácio Lula da Silva, do Brasil, e, Hugo Rafael Chávez Frias, da Venezuela, reúnem se sempre que possível de três em três meses, como objetivo de intensificar a idéia da integração latino-americana, em especial, relações comerciais e políticas envolvendo os dois países. Do lado venezuelano, assim expressa a constituição no art. 153:

A república promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha com o objetivo de avançar na criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região.²⁷

No mesmo sentido, expressa a Constituição Brasileira, no seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Assim como Lula e Chávez, os governadores de Roraima e Bolívar²⁸ se encontram com freqüência para tratar dos acordos de cooperação técnica, havendo um entrosamento institucional, que se respeita a paradiplomacia e os acordos firmados como se oficiais fossem,²⁹ cabendo aos respectivos secretá-

²⁶ Na Venezuela, os municípios têm uma denominação e sua sede principal outro nome, assim como: município de Piar, capital Upata; município de Gran savana, capital a cidade de Santa Elena de Uairen.

²⁷ GARAY, Juan. **La Constitución Bolivariana**, Corporación AGR, S.C. Reedición atualizada, marzo 2009, p. 74.

²⁸ O Estado de Roraima têm como governador José de Anchieta Jr. (2007-2010). Do lado do Estado de Bolívar, general Francisco Rangel Gómez (2005-2010).

²⁹ Os acordos firmados entre os Estados de Roraima e Bolívar não tem respaldo legal nas leis dos respectivos países, tão pouco nos tribunais internacionais, entretanto, tem sido um importante elo entre os dois povos da região de Fronteira. Destacam-se também contatos informais entre a prefeitura de Piar e o Serviço Brasileiro

rios de estados à responsabilidade da execução dos acordos pactuados.

Os estudos formulados dão conta da existência de uma perfeita interação entre os governos dos Estados de fronteira, do lado brasileiro – Roraima, do lado Venezuelano, Bolívar, e, ainda, com o governo central da Venezuela. Trata-se de iniciativa de integração em busca de troca de conhecimentos e perspectiva de comércio. Da mesma forma se integram os prefeitos das cidades fronteiriças de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairen (Venezuela). Mais recentemente, surge à iniciativa do alcaide (prefeito) do município de Piar, distante 550 km da fronteira, buscando junto as instituições de governo, Sebrae, Senar e Embrapa, apoio tecnológico nas áreas de agricultura e pecuária.³⁰

O Estado de Bolívar viveu muitos anos das benesses da exploração de minério, assim como a Venezuela vive a dependência do petróleo, deixando em segundo plano o demais setor primário e secundário, gerando atraso no campo e desemprego nas cidades. Consciente dessa realidade o governo de Bolívar procura no intercâmbio com Roraima os avanços conquistados pelo agro negócio brasileiro.

Embora a paradiplomacia dos Estados de Roraima e Bolívar tenha marcado presença na década de 1980, se intensifica a partir de 1995, tornando-se oficial para o governo de Roraima em 2005, com a criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais. Conforme se vê dos registros daquela secretaria de estado, de abril de 2006 a junho de 2009, ocorreram oito encontro de governadores e duas reuniões de trabalho para fortalecer as relações de cooperação entre os governos de Roraima e Bolívar.³¹

Em que pese à prática da paradiplomacia dos diversos Estados brasileiros com a Venezuela, a constituição venezuelana proíbe expressamente a celebração de tais acordos, conforme se vê do seu artigo 150:

Não poderá celebrar-se nenhum contrato de interesse municipal, estadual e nacional com Estados ou entidades oficiais estrangeiras ou com sociedades não domiciliadas na Venezuela nem ultrapassar a eles sem a aprovação da Assembléia Nacional.³²

Da mesma forma o artigo 154, ratifica esta idéia, deixando claro que “os acordos celebrados pela república devem ser aprovados pela Assembléia Nacional antes de sua ratificação pelo presidente da república”.³³

de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae), que promove rodadas de negócio entre empresários de Boa Vista e Piar (participação em feiras agropecuária nas cidades de Uputa e Boa Vista). Por outro lado, o Sebrae e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Roraima (Senar) abrem vagas para treinamento de agricultores e técnicos em Roraima, encaminhados pelo prefeito de Piar.

³⁰ Na Venezuela, os municípios têm uma denominação e sua sede principal outro nome, assim como: município de Piar, capital Uputa; município de Gran savana, capital a cidade de Santa Elena de Uairen.

³¹ Os dados sobre os encontros dos governadores dos Estados de Roraima e Bolívar estão disponíveis na secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais do Estado de Roraima.

³² Idem, p. 74.

³³ Ibid., p. 75.

A Constituição brasileira não trata da figura da paradiplomacia, concentrando na pessoa do presidente da república a competência para firmar tratados internacionais, após a chancela do congresso nacional.

Embora as constituições do Brasil e Venezuela não autorizem o exercício da paradiplomacia, ela vem sendo praticada por ambos os países, conforme se vê a seguir.

3.1. A paradiplomacia dos estados brasileiros com o governo da Venezuela

O presidente Venezuelano, Hugo Chávez, numa trajetória de intensificar suas relações econômicas com o Brasil, encontra com governos estaduais e empresários brasileiros estimulando-os a investirem na Venezuela, na busca de novas tecnologias e prover próprio abastecimento de seu país.

Dentre os acordos firmados de cooperação, incluem-se memorandos de entendimentos nas áreas de defesa e proteção da Amazônia, energia elétrica, petróleo, gás, etanol e biodiesel, siderurgia, infra-estrutura, promoção comercial, telecomunicações, comunicação social, pesca e desenvolvimento agrícola. “Nesse ponto também surgem novas possibilidades para o Brasil e para as empresas brasileiras, em termos de transferência de tecnologia e de investimentos em várias atividades do setor industrial, de serviços e, inclusive, no setor agrícola”.³⁴

O exemplo do Conselho de desenvolvimento integração – CODESUL, que integra a região sul do Brasil com a Argentina, citado por José Vicente da Silva Lessa, serve de exemplo para a fronteira norte entre o Brasil e a Venezuela. Os dois países vivenciam os mesmos problemas de fronteira e necessitam programar um modelo de desenvolvimento capaz de fazer frente às políticas globais de preservação do meio ambiente e dos direitos humanos

3.2. a influência das políticas globais na fronteira Brasil-Venezuela

Nesse contexto da mencionada interdependência das economias globalizadas, encontra o vínculo da paradiplomacia regional, como um elo da corrente internacional, que se multiplica através do mundo, com se pode ver dos ensinamentos sobre o assunto.

A interdependência tão falada nos textos da globalização vincula interesses diversos, de Estados nações, empresas multinacionais e ONGs, de tal forma que todos estão interligados a interesses que afligem mesmo as fronteiras mais distantes, dadas as discussões globais, especialmente vinculadas ao meio ambiente e aos direitos humanos. Meio ambiente voltada a normas rígidas e monitoramento via satélite. Quanto aos direitos humanos, forte pressão internacional pela demarcação das áreas indígenas.³⁵

Em se tratando de proteção e estudos sobre a Amazônia, o Brasil

³⁴ CÂMARA do Rio de Janeiro divulga a carta do I Fórum Empresarial Brasil-Venezuela. **Revista da Câmara Venezuelana-Brasileira de Comércio e Indústria**, ano 4, n. 24, jul./ago., 2008, p. 12.

³⁵ SEMINÁRIO indígena internacional prega autodeterminação. **Alerta em Rede**, 30 jul., 1999. Disponível em <<http://www.alerta.inf.br/Geral/912.htm>> Acesso em mar. de 2009.

firma o Tratado de Cooperação Amazônica, criando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede em Brasília,³⁶ vinculando as fronteiras amazônicas aos estudos sociais e tecnológicos voltados ao meio ambiente.

3.2.1. Integração de energia na fronteira Brasil-Venezuela

A primeira avaliação técnica e econômica dessa linha foi realizada no âmbito interno de um grupo de trabalho interno da Eletrobrás em 1990, que consistia em uma linha de transmissão em extra alta tensão com cerca de 1600 km, interligando a hidrelétrica de Guri aos mercados de Boa Vista e Manaus.³⁷ Em outubro de 1993, o presidente da Edelca manifesta interesse em discutir o assunto

Luiz Eyer de Araújo, escrevendo sobre “O relacionamento Brasil Venezuela no setor de energia elétrica” afirma que “os entendimentos bilaterais sobre esta questão foram intensificados a partir de agosto de 1993, com a visita do Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás à Energia del Caroni (Edelca)”.³⁸

Em março de 1994, presidente Itamar Franco, em visita à Venezuela, firmou o Protocolo de Guzmania e um Comunicado Conjunto, em cujo item II é feita menção à compra de energia pelo Brasil e à construção da linha de transmissão.³⁹

Na época, eventos marcaram o interesse dos dois países em discutir a questão das relações de fronteira, que motivou a criação de sete grupos de trabalho, estabelecidos no marco da Comissão Bilateral de Alto Nível mobilizando inúmeros ministros, funcionários e especialistas de ambos os países.⁴⁰ Da Ata da II Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, realizado dia 03 e 04 de maio de 1994, consta o item 3) Eletricidade (linha de transmissão elétrica Guri-Manaus e compra de energia venezuelana por parte do Brasil.⁴¹ Estabelecendo-se, assim, o Grupo de Trabalho-energia, que identificou como prioritário o projeto de interligação entre os dois países.⁴²

³⁶ SILVEIRA, Edson Damas da. **Direito sócio ambiental: Tratado de Cooperação Amazônica**. Curitiba: Juruá, 2005.

³⁷ PINTO, Marluce. Integração energética: Brasil-Venezuela. Artigo publicado no livro (org) por Samuel Pinheiro Guimarães, intitulado **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Instituto de pesquisa de relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 107.

³⁸ ARAUJO, Luiz Eyer de. Relacionamento Brasil-Venezuela no setor de energia elétrica. Artigo publicado no livro (org) por Samuel Pinheiro Guimarães, intitulado **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Instituto de pesquisa de relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 140.

³⁹ Ibidem, p. 141.

⁴⁰ BANSAT, André. Brasil-Venezuela: Integração Energética. Artigo publicado no livro (org) por Samuel Pinheiro Guimarães, intitulado **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Instituto de pesquisa de relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 65.

⁴¹ Idem, p. 66.

⁴² ARAUJO, Luiz Eyer de. Relacionamento Brasil-Venezuela no setor de energia elétrica. Artigo publicado no livro (org) por Samuel Pinheiro Guimarães, intitulado **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na**

Segundo André Bansart, escrevendo sobre a integração energética entre Brasil e Venezuela, afirma que “em setembro de 1994, na Universidade Simon Bolívar de Caracas, o embaixador Clodoaldo Hugueney pronunciou a seguinte frase: “Entre o Brasil e a Venezuela, não temos problemas de fronteira, mas problemas na fronteira”.⁴³ Esta afirmação na análise de André Bansart denota que se trata de grandes regiões não desenvolvidas que, graças a uma integração entre ambos os países, poderiam florescer e, pelo seu desenvolvimento, melhorar o desempenho global dos dois países.⁴⁴

Em maio de 1996, o presidente venezuelano Rafael Caldera visita a capital de Roraima - Boa Vista, a convite do governo de Roraima, com o objetivo de tratar da transmissão da rede de energia da Hidroelétrica de Guri na Venezuela. Na oportunidade se fez presente no evento o embaixador do Brasil em Caracas – Clodoaldo Hugueney. O objetivo do convite ao embaixador foi buscar apoio da embaixada brasileira em Caracas para o objetivo proposto. A idéia prosperou a partir do apoio do presidente venezuelano.⁴⁵

Através do ministro venezuelano para assuntos de fronteira, Pompeo Marques, o governo de Roraima tomou conhecimento da ordem do presidente venezuelano, determinando a empresa de eletricidade de Caroni - Edelca, que fizesse estudo dos pleitos de Roraima.

Após os estudos preliminares, o governo de Roraima recorreu ao presidente Fernando Henrique Cardoso visando ao apoio para a construção da rede de energia. Segundo Neudo Ribeiro Campos⁴⁶, na época, a idéia sofria resistência do ministro das Minas e Energia, entretanto o presidente determinou que aquele ministério tomasse providências para efetivar a construção da rede de energia, que mais tarde veio a ser batizada popularmente de “Linhão de Guri”.

A presença do Ministro venezuelano Pompeo Marques, com frequência a Boa Vista, estabeleceu um forte laço de amizade com o governo de Roraima, facilitando-se, assim, a relação institucional com o poder central venezuelano.

Após esforços empreendidos pelos dois lados, superando entraves na construção da rede de energia em áreas indígenas, em 13 de agosto de 2000, Brasil e Venezuela inauguram a construção da rede de energia elétrica, na divisa dos dois países, com as presenças dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez que havia sido eleito na Venezuela em 1999, empenhando-se pessoalmente no projeto. Esteve presente na inauguração o presidente cubano Fidel Castro, a convite do presidente venezuelano que na ocasião visitava a Venezuela. Estiveram presentes ainda, os governadores do Estado de virada do século. Instituto de pesquisa de relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 141.

⁴³ BANSAT, André. Op., cit., p. 65.

⁴⁴ Idem, p. 65.

⁴⁵ Dados obtidos com o ex- governador Neudo Ribeiro Campos, que governou o Estado de Roraima no período de 1995 a 2002.

⁴⁶ Informações obtidas em entrevista com o ex-governador Neudo Ribeiro Campos, em março de 2009.

Bolívar e Roraima, além das populações locais.

Na carona dos acontecimentos, o governo de Roraima contrata empréstimo da ordem de 26 milhões de dólares junto a Confederação Andina de Fomento - CAF, para interiorizar as redes de energia da capital Boa Vista para outras regiões do Estado de Roraima.

4. Relações institucionais do Estado de Roraima com países fronteiriços

Em se tratando da fronteira do Brasil e Venezuela dá-se um isolamento e desinteresse dos dois governos até final da década de 1980. Em 1989 acentua-se a exploração de ouro na fronteira da Venezuela por garimpeiros brasileiros, alertando os dois países da necessidade de reviver os marcos divisórios e de se estabelecer um programa de desenvolvimento para a região.

No período de 1995 á 2002, com a posse do segundo governo eleito de Roraima,⁴⁷ intensificam-se as relações de amizade entre o governo de Roraima com o governo central da Venezuela, e, em especial, com o Estado vizinho de Bolívar, período em que se dá a cooperação energética da hidrelétrica de Guri na Venezuela à Boa Vista, Capital de Roraima e o asfaltamento da BR 174 até a fronteira dos dois países.

A partir de 2005, o então governador Ottomar de Souza Pinto⁴⁸ retorna ao poder do Estado de Roraima, decidindo em seu plano de governo dar importância nas relações comerciais com seus vizinhos, Guiana e Venezuela. Em 2006, o governo de Roraima institui a Secretaria Extraordinária para Relações Institucionais com países fronteiriços, nomeando para a pasta o ex-governador Neudo Ribeiro Campos, cuja unidade governamental, mais tarde passou a se chamar Secretaria Extraordinária para Assuntos internacionais em virtude de contatos do governo de Roraima com outros países além fronteiras.

A secretaria para assuntos internacionais passa a ter importância para Roraima, por se tratar de um Estado isolado, localizado no extremo norte e distante do poder central brasileiro, onde, indiscutivelmente, têm que se buscar nos vizinhos a alternativa da complementaridade de sua economia.

4.1. Ações da Secretaria Extraordinária para assuntos internacionais

Com a instalação de uma Secretaria especializada nas relações internacionais, passa-se a planejar e acompanhar ações dos governos centrais do Brasil e Venezuela, atentando para os reais interesses do Estado de Roraima.

A paradiplomacia do governo de Roraima mantém permanentes contatos com os poderes centrais do Brasil e Venezuela buscando alternativas para o desenvolvimento da região da fronteira dos dois países. Do lado brasileiro a necessidade de se resolver questões cruciais que dificultam a produção

⁴⁷ Em janeiro de 1995 toma posse no governo de Roraima, Neudo Ribeiro Campos, tendo sido reeleito em 1998, renunciando o governo em abril de 2002, assumindo o governo Flamarion Portela, tendo sido cassado em 2005, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

⁴⁸ Ottomar de Souza Pinto foi governador do antigo Território federal de Roraima no período de 1.979 a 1983. Em 1988 Roraima foi transformado em Estado da federação brasileira, sendo Ottomar de Souza Pinto eleito primeiro governador, retornando ao governo no ano de 2005, vindo a falecer em 2007.

agrícola, através da importação dos seguintes produtos: calcário, fertilizantes, combustível e ainda, produtos siderúrgicos. Da mesma forma, intensificar a exportação de madeira beneficiada de Roraima para o mercado venezuelano.

Dentre as correspondências dos governos de Roraima⁴⁹ há cartas dirigidas ao governo do Estado de Bolívar, solicitando a interferência daquela autoridade junto ao governo central da Venezuela, a fim de agilidade a liberação das guias de importação da madeira oriunda das indústrias de Roraima, bem como, na solução para as dificuldades de transito de turistas brasileiros pelo território venezuelano.⁵⁰ Além disso, o governo roraimense tem intensificado ações junto ao governo brasileiro, buscando soluções para os problemas decorrentes da falta de apoio dos órgãos federais.

Os empresários de Roraima que negociam com a Venezuela, afirmavam com frequência, que cada vez que se mudava um dirigente de órgãos venezuelanos, alteravam-se os procedimentos de liberação de mercadorias na fronteira.⁵¹ No que refere ao transito de turistas brasileiros para a Venezuela havia apenas a necessidade de carimbo na entrada do país. Entretanto, com as dificuldades estabelecidas no transito de veículos venezuelanos para Boa Vista, iguais exigências foram impostas pela Venezuela, ou seja, a cobrança do seguro internacional para veículos e turistas.

As relações de integração entre os governos dos Estados de Bolívar e Roraima se firmam através de uma dinâmica de encontros e avaliações dos acordos firmados. Os encontros dos governadores de Roraima e Bolívar são realizados em Boa Vista capital de Roraima e em Bolívar, capital do Estado de mesmo nome, sempre em cumprimento dos acordos firmados entre as partes. Igualmente são realizadas missões empresariais com o objetivo de integração econômica entre os respectivos Estados.

4.1.1. Missão empresarial e a paradiplomacia

Embora o intercâmbio com a Venezuela tenha sido intensa na década de 1980, através da exportação da madeira, deu-se o declínio nas décadas seguintes.

Em novembro de 2005, o governador de Roraima se encontra com o poder central da Venezuela, assim afirmando o relatório de viagem:

Com o estímulo dos governos, passa-se a intensificar a presença de empresários de Roraima na Venezuela e vice versa, abrindo-se perspectiva para a ampliação do comércio na região. Entretanto, os empresários desestimulados

⁴⁹ Com o falecimento de Ottomar de Souza Pinto assume o governo José de Anchieta Junior, dando continuidade as ações de integração com o Estado de Bolívar e com o poder central da Venezuela.

⁵⁰ As correspondências do governo de Roraima dirigidas ao governo central da Venezuela e ao Estado de Bolívar estão arquivadas na Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais e cópias disponíveis junto ao autor desse artigo.

⁵¹ Informações obtidas junto ao presidente da **Câmara Venezuelano Brasileira de Comércio e Indústria de Roraima**, Laerte Oustrech, em abril de 2009.

reivindicam menos burocracia e fiscalizações desnecessárias no percurso da fronteira venezuelana à Porto Ordaz, centro industrial do Estado de Bolívar.

A partir de 2006, através da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços, intensificam-se, assim, as ações da paradiplomacia junto ao governo do Estado de Bolívar e ao poder central da Venezuela.

Na oportunidade, a Secretaria organiza viagem de empresários de Roraima para encontro com autoridades venezuelanas, nas cidades de Caracas, Maturin, Porto Ordaz e Tumeremos, onde se tratou da necessidade de Roraima importar os insumos agrícolas, bem como, da necessidade de se implantar uma linha aérea entre Boa Vista e Bolívar, e, ainda, soluções para o entrave burocrático para a entrada da soja em território venezuelano.

A paradiplomacia empresarial, do Sindicato de Transportadores de Roraima e Câmara Brasileira Venezuelana de Indústria e do Comércio de Roraima, atua na busca de soluções para os problemas de fronteira, conforme se pode ver da correspondência emitida em 17 de maio de 2007, dirigida aos órgãos venezuelanos localizados em Santa Elena de Uaiare: Servicio Nacional de Administración Tributaria – SENIAT; Ejército Venezolano Teatro de Operaciones n. 5; Instituto Nacional de Transporte Terrestre – INTT; Guarda Nacional – Resguardo e Almacenadora PBA Cargo.⁵²

Os objetivos das entidades empresariais de Roraima demonstram preocupações dos exportadores brasileiros em solucionar entraves nas relações comerciais. Enfim, os empresários reivindicam de acordo com as normas e procedimentos previstos na legislação venezuelana de aduana.

4.1.2. Assuntos de fronteira discutidos em Boa Vista, Caracas e Brasília

Em abril de 2006, o governo de Roraima se reúne com órgãos federais em Roraima, com o objetivo de identificar as condições e opiniões de cada órgão federal sediado em Boa Vista, para viabilizar a abertura da fronteira Brasil/Venezuela 24 horas (Polícia Federal, Receita Federal, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde/ANVISA e IBAMA).

A reunião, igualmente, tratou de dar aos respectivos representantes dos órgãos federais, a visão estratégica do governo estadual nas ações de integração econômica, cultural e social com os países vizinhos. Na época deu-se conhecimento dos resultados do encontro ocorrido em Boa Vista, entre os governadores de Roraima, Ottomar de Souza Pinto e de Bolívar, Francisco Rangel Gómez, conforme protocolo de intenções assinado pelos dois governadores, no dia 04 de abril de 2006.

Em maio de 2006, o governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto empreendeu viagem oficial à República Bolivariana da Venezuela, para participação no Seminário “Oportunidades de Negócios com o Estado

⁵² Cópia da correspondência disponível junto ao Sindicato de Transportadores de Roraima e Câmara Brasileira Venezuelana de Indústria e do Comércio de Roraima e nos arquivos da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais.

de Roraima – Brasil”. Na oportunidade o governador de Roraima entrega ao presidente Hugo Chávez, carta de reivindicações visando o desenvolvimento regional da região de fronteira.

A partir da experiência dos encontros realizados em 2006, os governadores passam a realizar encontros trimestrais, sempre que possível, na maioria das vezes com a presença de secretários de Estados e órgãos federais, envolvendo ainda, em especial, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária,⁵³ e da Universidade Estadual de Roraima que firmou convênio com a Universidade Experimental de Guayana.⁵⁴

Conforme se depreende dos relatórios da Secretaria extraordinária para Assuntos Internacionais,⁵⁵ sempre que há viagens à Venezuela para o encaminhamento de assuntos comuns com os interesses de Roraima, novas agendas são planejadas para acertos em Brasília, com vistas a obter o aval do poder Executivo. O objetivo é sempre reivindicar do poder central a concretização de acordos oficiais, via Ministério das Relações Exteriores, dos pleitos decorrentes da paradiplomacia dos Estados de Roraima e Bolívar.

4.1.3. Encontros e Acordos bilaterais Brasil-Venezuela: integração de ações voltada à área de fronteira

Através das correspondências do governo do Estado de Roraima dirigidas ao governo de Bolívar, governo central da Venezuela e para autoridades brasileiras, verifica-se a atuação do governo de Roraima na solução dos problemas de fronteira e de alternativas que possam impulsionar o desenvolvimento regional. Entretanto, vê-se no contexto a morosidade dos poderes centrais dos dois países em dar solução para os entraves que dificultam o comércio na área da fronteira.

Desta forma, sempre tem sido comum reuniões na fronteira do Brasil e Venezuela entre as autoridades do governo de Roraima e do município de Pacaraima, junto a autoridades venezuelanas da Aduana, do comandante da unidade do exército local e Alcaide (prefeito) de Santa. Elena Uairén, na busca de soluções para as dificuldades da fronteira. Normalmente as instituições com sede na fronteira dependem de decisões centralizadas em Caracas, o que dificulta o intercâmbio comercial.

Em julho de 2006, segundo relatório da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com países fronteiriços, deu-se o “Encontro Binacional Brasil – Venezuela de Educação Superior” com representantes do governo do Estado de Bolívar, Universidade Estadual de Roraima, governo do Estado de Roraima e o prefeito do Município de Pacaraima, cujo objetivo foi estabelecer

⁵³ EMBRAPA participa do encontro dos governadores de Bolívar e Roraima. **Folha Web**, 06 maio de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=61453>>. Acesso em: 25 maio 2009.

⁵⁴ REITOR da UERR participa de VIII Encontro de Governadores. **Folha Web**, 07 maio de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=61528>>. Acesso em: 25 maio 2009.

⁵⁵ Dados obtidos conforme relatório de viagem da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com países fronteiriços, realizada no dia 06 de julho de 2006, disponível naquela secretaria.

uma massa crítica comprometida com o desenvolvimento sustentável da região de fronteira, cujos resultados tem sido positivos.⁵⁶

A fronteira do Brasil e Venezuela é marcada por constantes encontros de integração entre autoridades dos dois países, envolvendo principalmente, lideranças dos Estados de Roraima e Bolívar e dos prefeitos e vereadores dos municípios de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

As relações de fronteira se dão através de encontros amistosos e funcionais, com resultados práticos de forma a simplificar os pleitos dos dois lados. É dessa forma que se buscou a solução para o abastecimento de veículos na fronteira, definidos pelas autoridades locais, envolvendo os prefeitos de Santa Elena de Uairén, Pacaraima, Comando do Exército venezuelano e entidades federais brasileiras lotados na fronteira entre os dois países, para evitar o contrabando de combustível.

Para a solução do problema definiram-se os dias para o abastecimento de veículos dos habitantes de Pacaraima, de acordo com as placas dos veículos. Para os carros oficiais da prefeitura o acordo disponibilizou cartões de abastecimento, após encaminhamento da lista dos veículos.⁵⁷

Os constantes encontros entre o prefeito de Pacaraima e o Alcaide de Santa Elena de Uaiaren e vereadores dos dois lados da fronteira, geram vínculos de amizade e vão além das campanhas de vacinação contra a dengue, troca de professores e alunos para as aulas de espanhol e português nas escolas municipais até a participação nas festas tradicionais de “micaraima” em Pacaraima e “mercorumba” em Santa Elena de Uairén. As experiências têm demonstrado que mesmo com as mudanças de prefeitos dos dois lados, não dificultam as relações entre as autoridades das cidades vizinhas.⁵⁸

4.1.4. Terminologia usada nos acordos paradiplomáticos

O que anteriormente se dava por simples visitas de amizade entre os governadores dos Estados vizinhos de Roraima e Bolívar, do governador de Roraima ao Palácio Miraflores, em Caracas, ou mesmo de presidentes venezuelanos a Boa Vista, a partir de 2005, começa-se a formalizar esses encontros através da secretaria de Estado especializada. .

Após vários encontros preliminares em maio de 2006, os governadores de Roraima e Bolívar, se organizam através de “atas de eventos”, “protocolo de intenções”, “termos de cooperação científica e tecnológica” nas diversas áreas referidas nos protocolos de intenções, “Declaração Conjunta”, “Memorandum

⁵⁶ Dados obtidos através da carta de Santa Elena de Uaiaren, elaborada entre 07 e 08 de Julho de 2008, disponível junto a Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais.

⁵⁷ Ofício do prefeito municipal ao Comando do Exército venezuelano encaminhando a relação dos veículos para abastecimento diário em posto de gasolina venezuelano, através de guia de abastecimento fornecida pelo comando do exército venezuelano, conforme cópia do documento disponível com o autor e na prefeitura de Pacaraima, no Estado de Roraima.

⁵⁸ Para entendimento entre os prefeitos, comandante do exército venezuelano em Gran Savana e demais autoridades locais, lavraram ata do encontro firmado entre as partes.

de Entendimento de Cooperação Técnica e Transferência de Tecnologia”, podendo se entender tratar-se de uma simbologia respeitada entre as partes.⁵⁹

Da análise dos atos assinados pelos governadores de Roraima e Bolívar, encontra-se exatamente o que aborda José Vicente da Silva Lessa em seus ensinamentos, ou seja, - dispersão de objetivos – “muitos acordos informais constituem, mais que um pacto em vista de um objetivo concreto, uma espécie de inventário de campos de recíproco interesse. Nesses casos procuram as partes programar o maior número possível de trocas e contatos, o que resulta em dispersão de objetivos”.⁶⁰

Da mesma forma ocorre nos acordos de integração regional entre Roraima e Bolívar, ou seja, vários textos contemplam, ao mesmo tempo, ações de cooperação técnica, tecnológica, científica, cultural, educacional, turismo, investimentos recíprocos e intercâmbio de missões empresariais. Segundo José Vicente da Silva Lessa, isto faz com que se perca o foco necessário à consecução de uma cooperação harmônica.

Importante ressaltar, senhor ministro, que do lado venezuelano existem um aparato de segurança bastante significativo com a presença Exército e da Guarda Nacional, no controle e fiscalização de veículos, cargas e pessoas, ao longo de toda a troncal 10 (Santa Elena de Uairén – fronteira Brasil-Venezuela até Porto Ordaz – com 10 pontos de fiscalização em uma extensão de 640 km).⁶¹

O Presidente Hugo Chávez disse que o MERCOSUL passou a ser uma das principais prioridades de seu governo e que **criou um ministério específico para cuidar dos assuntos do MERCOSUL..** [...] aproveitou a oportunidade para dizer que os governos do Sul da Venezuela, sejam estaduais ou municipais, deveriam fazer um grande esforço para concretizarem algo com os Estados do norte do Brasil, pois já haviam sido realizados vários encontros e até agora pouco se concretizou.⁶²

5. Conclusão

Para responder ao problema da pesquisa: o que representa a para-diplomacia nas relações Brasil – Venezuela? Quais os avanços conquistados pela paradiplomacia dois países nas relações de fronteira? O estudo do tema

⁵⁹ FLORES JUNIOR, Renato G. *Símbolos e integrações regionais: uma breve introdução com vista ao MERCOSUL*. Cadernos Adenauer, v. 8, n. 1, 2007.

⁶⁰ LESSA, José Vicente da Silva. *Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 26.

⁶¹ Ofício GAB. GOV. No. 069/08, do governador de Roraima, José de Anchieta Jr. dirigido ao ministro da defesa do Brasil, solicitando apoio do exército brasileiro na segurança pública da fronteira do Brasil com a Venezuela, em 15 de abril de 2008, disponível cópia com o autor e original na Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais.

⁶² Conforme relatório de viagem de nov. de 2005, da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais com Países Fronteiriços, disponível naquela secretaria e cópia com o autor deste trabalho de pesquisa.

procurou estabelecer uma visão da paradiplomacia no mundo globalizado e uma noção da interdependência entre as nações.

Vê-se nesses acontecimentos o extraordinário crescimento e fortalecimento da economia mundial e a criação e consolidação de órgãos multilaterais, como instrumento de regulamentação das relações internacionais entre os países.

Através da pesquisa desenvolvida, encontra-se a evolução da paradiplomacia com instrumento de desenvolvimento econômico e social, entre o Brasil e Venezuela, de forma especial voltada para a integração de sua fronteira, através de seus Estados fronteiriços de Roraima e Bolívar, respectivamente.

Nessa realidade, vêm-se os esforços dos governos de Roraima e de Bolívar em intensificar suas relações de forma regional. Para tanto, procuram influenciar seus governos centrais na busca de soluções para os entraves que dificultam o desenvolvimento regional e que dependem de soluções nacionais.

Através dessas relações paradiplomáticas e parcerias com os governos centrais do Brasil e Venezuela, têm-se conseguido através dos anos a implantação da infra-estrutura, que envolve conexão de rodovia asfaltada, transmissão de energia elétrica da hidroelétrica de “Guri”, na Venezuela, novas instalações de controles aduaneiros, melhoria das estruturas das cidades fronteiriças.

Os estados de Roraima e Bolívar, através dos acordos paradiplomáticos, têm avançado nas áreas seguintes áreas: intercâmbio cultural, agrícola, saúde e segurança, e por fim, a ampliação do comércio regional. Se por um lado o trabalho da paradiplomacia tem surtido efeitos positivos junto aos poderes centrais do Brasil e Venezuela, no que se refere à implantação da infra-estrutura na fronteira, por outro lado, ainda persiste a necessidade de um acordo mais abrangente que facilitem a integração econômica e o livre trânsito de nacionais dos dois países.

Conforme se viu nos relatos das reuniões e pleitos dos Estados fronteiriços, Roraima é o estado que mais concentra reivindicações junto ao seu governo central. Da mesma forma, os empresários e turistas de Roraima reclamam com frequência aos dois governos as dificuldades que sofrem na falta de uma maior integração entre Brasil e Venezuela.

A perspectiva da entrada da Venezuela no MERCOSUL passa a ser prioridade para o processo de integração econômica na fronteira entre os dois países. Vê-se com clareza a necessidade de superar os desafios oriundos da burocracia venezuelana e do modelo militarista de fiscalização imposto na fronteira, no percurso da rodovia que dá o acesso da fronteira aos grandes centros da Venezuela.

Finalmente, conclui-se que a paradiplomacia deve ser regulamentada pela constituição brasileira e Venezuelana, a exemplo de outros países, para dar consistência jurídica nas relações internacionais dos entes subnacionais, dentro da nova realidade do mundo globalizado. Entretanto, em que pese à falta de regulamentação da paradiplomacia por parte do Brasil e Venezuela, as relações

de amizade e de integração econômica entre os governos de Roraima e Bolívar, e, ainda, de Roraima com o poder central da Venezuela, sempre estarão presentes pelos elos de amizade pela na realidade da fronteira existente.

6. Referências

BATISTA, Fabiola. Pará: Governadora e Chávez ratificam compromissos em Caracas. **Revista da Câmara Venezuelana–Brasileira de Comércio e Indústria**, ano 4, n. 22, mar./abr. 2008, p. 31-32.

BRASIL. Discursodo Senhor Presidenteda República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de condecoração como Grão-Colar da Ordem do Libertador Caracas, 4 de julho de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/polex1.htm Acesso em: jun. 2009.

CÂMARA do Rio de Janeiro divulga a carta do I Fórum Empresarial Brasil-Venezuela. **Revista da Câmara Venezuelana–Brasileira de Comércio e Indústria**, ano 4, n. 24, jul./ago., 2008.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá, 2008.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. **Revista Cena Internacional**, v. 3, n. 1, p. 7-201, 2001. p. 19. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/cena/2001/3277.pdf>> Acesso em jun. 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. A Humanidade no Século XXI: a grande opção. Conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 16 fev. 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit2/compara.htm>> Acesso em: 05 abr. 2007.

EMBRAPA participa do encontro dos governadores de Bolívar e Roraima. **Folha Web**, 06 maio de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=61453>>. Acesso em: 25 maio 2009.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERRERO, Mariano. La globalización em acción: regionalismo y paradiplomacia em Argentina y el cono sur latinoamericano. In: **CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 7. , 2005, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Sociedade Argentina de Análise Política, 2005. p.11. Disponível em: [http://www.reei.org/reel%2011/M.Ferrero\(reei11\).pdf](http://www.reei.org/reel%2011/M.Ferrero(reei11).pdf). Acesso em: dez. 2009.

FLORES JUNIOR, Renato G. Símbolos e integrações regionais: uma breve introdução com vista ao MERCOSUL. **Cadernos Adenauer**, v. 8, n. 1, 2007.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: história econômica e política do Século XX**. Tradução Vivian Mannheimer; revisão técnica de ARTHUR Ituassu. Rio de Janeiro: Jorge ZaharM, 2008.

GARAY, Juan. **La Constitución Bolivariana**, Corporación AGR, S.C. Reedición atualizada, marzo 2009.

GURUTZ Jauregui. La autodeterminación em um mundo global. **Papeles de Cuestiones Internacionales**, n. 61, 1997. p. 36. Disponível em: <http://www.cipresearch.fuhem.es/pazyseguridad/docs/papeles_61.pdf> Acesso em jun. 2009.

HERZ, M. HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.

LÍDER Ianomâmi recebe homenagem na Espanha. **Folha de Boa Vista**, 02 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=63407>> Acesso em jun. de 2009.

LOPES, Aquiles. Integração Latino-americana passa pelo nordeste. **Revista da Câmara Venezuelana-Brasileira de Comércio e Indústria**, ano 4, n.22, mar./abr. 2008.

LULA discute integração regional com Chávez em Caracas. **Correio do Brasil**, 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=130872>> Acesso em: jun. 2008.

MA e Venezuela avançam em acordos comerciais. **O Imparcial**, São Luiz, 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://impar.nativa.inf.br/sites/impresso/images/flippingbook/111208/005.pdf>> Acesso em: dez. 2008.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Universidade de Brasília, IBRI, 2003.

MCGREW, Anthony. Globalization and global politic. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patrícia (Orgs.). **The globalization of world politics: introduction to international relation**. 4th ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008.

MEMORANDO de Entendimento entre o Estado da Bahia e o Estado Aragua para o desenvolvimento de ações de integração econômica, comercial, turística, cultural, educativa e de saúde. Salvador, Bahia, 26 maio. 2009.

MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. Globalização e o Direito. IN: CASELLA, Paulo Borba; LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas (Coords.). **Direito da integração**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MONTOYA, Julio Garcia. Brasil y Venezuela: hacia una renovación sólida de las relaciones comerciales (III). **Revista da Câmara Venezuelana – Brasileira de Comércio e Indústria**, ano 4, n. 24, jul./ago, 2008.

NOVAS exigências na fronteira da Venezuela dificultam turismo. **Jornal de Roraima**, 27 nov. 2008. Disponível em: <<http://portalamazonia.locaweb.com.br/sites/jrr/noticia.php?idN=16300>> Acesso em: 27 nov. 2008.

NOVAS regras impostas pela Venezuela. **Folha de Boa Vista**, 27 nov. 2008.

PARA turistas: Venezuela terá seguro internacional. **Roraima Hoje**, 01 e 02 nov. 2008.

PASSAPORTE: Governo quer o fim das exigências. **Roraima Hoje**, 01 fev. 2008, p. 11.

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIETRO, Noe Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-pacífico. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2004.

PUENTE, José Manuel. A economia venezuelana: situação atual e perspectiva no MERCOSUL. **Caderno Adenauer VIII** (2007), no. 1. **União Européia e MERCOSUL**: dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2007.

REITOR da UERR participa de VIII Encontro de Governadores. **Folha Web**, 07 maio de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=61528>>. Acesso em: 25 maio 2009.

RIOS, Sandra. Maduro, Lucia. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL. **Caderno Adenauer** VIII (2007), no. 1. **União Européia e MERCOSUL: dois momentos especiais da integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2007.

ROMÃO, Wagner de Melo. Das cidades brasileiras para o mundo: a paradiplomacia e as Administrações Municipais. **Revista de Administração Municipal**, ano 54, n.267, jul./ago./set., 2008.

SELIGSON Mitchell A. Apoio popular à integração econômica regional na América Latina. **Opinião Pública**, v.6, n.2, Out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v6n2/16926.pdf>> Acesso em: jun. 2009.

SEMINÁRIO indígena internacional prega autodeterminação. **Alerta em Rede**, 30 jul., 1999. Disponível em: <<http://www.alerta.inf.br/Geral/912.htm>> Acesso: em mar. de 2009.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Direito sócio ambiental: Tratado de Cooperação Amazônica**. Curitiba: Juruá, 2005.

SIRKIN, Harold L. **Globalidade: a nova era da globalização: como viver num mundo em que se concorre com todos, por tudo e por toda parte**. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TANZI, Vito; BARREIX, Alberto; VILLELA, Luiz. (Eds.). **Red de comercio y integración: tributacion para la integración Del MERCOSUR**. Nova Iorque: Departamento de Integración y Programas Regionales, 2005. Disponível em: <http://www.sela.org/DB/ricsela/EDOCs/SRed/2005/11/T023600001692-0-Tributación_para_la_integración_de_Mercosur.pdf> Acesso em jun. 2009.